



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 19/05/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada destacou a importância da família e da proteção à infância, relatando a alegria de estar acompanhada da filha e dos netos durante sua atuação parlamentar. Chamou atenção para a campanha Maio Laranja, dedicada ao combate ao abuso infantil, alertando para o aumento de casos envolvendo crianças de zero a sete anos e ressaltando que os abusos geralmente ocorrem em ambientes de confiança, como o lar, a escola e instituições religiosas. Defendeu também a vigilância permanente de famílias, educadores e sociedade para identificar sinais de violência e garantir o desenvolvimento saudável das crianças. Em seguida, dirigiu-se aos Prefeitos e Secretários de Educação presentes em Brasília, alertando sobre a obrigatoriedade de aplicação de 4% dos recursos do Fundeb na educação integral, sob risco de suspensão dos repasses federais, reforçando a necessidade de correta prestação de contas para evitar prejuízos à educação pública.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado homenageou o Município de Palmas de Monte Alto(BA), no sudoeste da Bahia, pelos 186 anos de emancipação política. Ressaltou a importância histórica, cultural e econômica do Município, reconhecido como polo agrícola regional, bem como a qualidade das gestões municipais recentes. Além disso, destacou o vínculo pessoal com a cidade, onde atuou como profissional da área agrícola antes da vida pública, e o título de cidadão honorário recebido. Por fim, reafirmou o compromisso do mandato com investimentos em saúde e agricultura familiar para o Município.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado parabenizou o Governador Jerônimo pela parceria com o Presidente Lula e destacou a entrega de cem resfriadores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Leite) para a agricultura familiar na Bahia, além de investimentos do PAA Resex (R\$ 13 milhões para o Brasil, R\$ 3 milhões para a Bahia), do PAA Quilombola e do PAA Indígena (R\$ 4 milhões cada). Também anunciou a ordem de serviço para pavimentação de 37 quilômetros entre Uruçuca (BA) e o distrito de Serra Grande, obra reivindicada pela ex-Prefeita Fernanda Silva desde 2013.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado afirmou que a Esquerda adota a tática de atribuir aos adversários os próprios defeitos, citando como exemplo as acusações contra Flávio Bolsonaro, que estaria em ascensão nas pesquisas. Além disso, associou escândalos como o petrolão e o mensalão à Esquerda e concluiu que o Brasil já reconhece essa estratégia, declarando que tal tática socialista e comunista perdeu força.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado lamentou a queda da ponte sobre o Rio Tocantins, entre Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO), que resultou em 17 mortes, e elogiou a resposta do Ministro Renan Filho e do DNIT pela reconstrução em um ano. Contudo, alertou para a interdição da ponte sobre o Rio Araguaia, que liga o Tocantins ao Pará, construída em 2008 com investimento de mais de R\$ 76 milhões, e da ponte sobre o Rio Tocantins, em Pedro Afonso (TO), entregue em 2014 por mais de R\$ 100 milhões. Por fim, cobrou atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) para investigar as obras.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado destacou a encíclica *Humanitas*, do Papa Leão XIV, a ser promulgada em 25 de maio, como resposta às transformações sociais decorrentes da inteligência artificial. Traçou um paralelo com a encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 1891, que, preocupada com a classe trabalhadora e a Revolução Industrial, teria inspirado a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, ressaltou que a doutrina social da Igreja defende a dignidade humana frente à automação, reafirmando que o rosto e a voz humanos devem prevalecer sobre as máquinas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado parabenizou a Câmara dos Deputados pela corrida de rua em comemoração aos 200 anos da Casa e saudou os participantes da 27ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com destaque para os gestores do Espírito Santo. Além disso, apontou contradições nas declarações do Senador Flávio Bolsonaro sobre o áudio que revelou contato com o banqueiro Daniel Vorcaro, assinalando que o valor de R\$ 134 milhões solicitado configuraria forte indício de corrupção, comparável ao caso do Senador Ciro Nogueira. Por fim, afirmou que a população brasileira estaria percebendo o que classificou como o caráter corrupto do Senador e de sua família.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores (PT) e relacionou integrantes do Governo Federal e autoridades ao caso envolvendo o Banco Master e o empresário Daniel Vorcaro. Afirmou que membros do Governo teriam mantido proximidade com Vorcaro e acusou o PT de tentar desgastar politicamente adversários, especialmente o Senador Flávio Bolsonaro, diante do avanço dele nas pesquisas eleitorais. Questionou também a associação feita entre investimentos privados ligados à produção de um filme sobre o ex-Presidente Jair Bolsonaro e supostos atos ilícitos, argumentando que haveria tratamento desigual por parte de adversários políticos.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado comemorou a sinalização do Senado Federal para votar projetos relacionados à renegociação e prorrogação das dívidas do setor agropecuário, especialmente para os agricultores gaúchos afetados por sucessivas estiagens. Destacou a importância do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023 e do Projeto de Lei nº 341, de 2025, do qual é coautor, criticando a demora do Senado na análise das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

propostas. Relatou que muitos produtores rurais enfrentam dificuldades para quitar financiamentos devido às perdas provocadas por até quatro secas consecutivas e não podem vender máquinas ou terras sem comprometer a continuidade da produção agrícola.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou uma emenda apresentada por Parlamentares da Oposição à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que propõe o fim da escala de trabalho 6 por 1. Afirmou que a emenda da Direita bolsonarista descaracteriza o objetivo original do projeto ao permitir jornadas de até 52 horas semanais e ao prever que as mudanças só entrem em vigor após 10 anos. Ressaltou também que a emenda flexibiliza direitos trabalhistas, criticando possíveis reduções de intervalos e pausas na jornada. Por fim, defendeu a redução imediata da jornada semanal de 48 para 40 horas, com adoção da escala 5 por 2 e sem redução salarial, além de destacar apoio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a propostas voltadas à redução da jornada de trabalho e ampliação da qualidade de vida dos trabalhadores.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado comemorou a chegada de um navio chinês com equipamentos para montagem de plataforma de trabalho marítimo, tecnologia inédita no País. Destacou a presença do Governador Jerônimo no recebimento da carga e ressaltou que as obras da ponte Salvador-Itaparica já tiveram início, beneficiando também as regiões do Baixo Sul e Oeste da Bahia, com impacto direto no desenvolvimento logístico do Estado.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o ex-Governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha no contexto das investigações relacionadas ao Banco Master e ao Banco de Brasília. Afirmou acreditar na atuação da Justiça e mencionou prisões já realizadas no âmbito das investigações, incluindo ex-dirigentes e outros envolvidos. Ademais, acusou Ibaneis Rocha de ser o principal responsável pelos supostos prejuízos relacionados ao caso, citando impactos financeiros ao BRB e preocupação quanto ao futuro dos funcionários da instituição. Também declarou esperar novas medidas da Polícia Federal e do Judiciário no andamento das apurações.

Júlio Cesar (PSD - PI) - O Deputado saudou a presença de 120 Prefeitos do Piauí em Brasília, representando mais da metade dos 224 Municípios do Estado, acompanhados de Vice-Prefeitos e Vereadores. Destacou a união e o compromisso da comitiva, que participa da Marcha dos Prefeitos do Brasil, coordenada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em defesa dos interesses da população piauiense.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado saudou os Prefeitos, Prefeitas e Vereadores presentes na Marcha dos Municípios em Brasília e elogiou a atuação do Governo Federal no apoio aos Municípios brasileiros,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

especialmente em Sergipe. Destacou investimentos do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em áreas como saúde, educação, moradia e infraestrutura. Em especial, ressaltou o acordo de cooperação para a implantação da chamada Aduzadora do Leite no Alto Sertão Sergipano, obra que deverá beneficiar Municípios como Canindé de São Francisco (SE), Poço Redondo (SE), Monte Alegre de Sergipe (SE), Nossa Senhora da Glória (SE) e Porto da Folha (SE). Concluiu, afirmando que a iniciativa contará com mais de 600 milhões de reais para ampliar o abastecimento de água potável, apoiar a produção leiteira e fortalecer a agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária na região.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado relatou a participação nas comemorações dos 165 anos de emancipação política do Município de Condeúba (BA), onde esteve presente em cavalgada organizada pela gestão municipal. Além disso, destacou a atuação do Prefeito Micael à frente do Município e mencionou investimentos realizados nas áreas de saúde e infraestrutura. Por fim, agradeceu à população local pela recepção durante as festividades.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada abordou o caso do Banco Master e as conexões com a família Bolsonaro, apontando que áudios revelados indicam que o Senador Flávio Bolsonaro teria cobrado R\$ 134 milhões de Daniel Vorcaro, para financiar um filme sobre o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Além disso, assinalou que parte dos recursos teria sido transferida para um fundo no Texas controlado pelo ex-Deputado Eduardo Bolsonaro, o que configuraria lavagem de dinheiro internacional. Por fim, mencionou o envolvimento do Deputado Mário Frias como produtor executivo do filme, destacando contradições nas declarações da família Bolsonaro sobre o caso.

Luisa Canziani (UNIÃO - PR) - A Deputada informou sobre o avanço do projeto do trevo de acesso ao Pico Agudo, em Sapopema (PR), com aprovação de projetos em fase final, e agradeceu à Secretaria de Infraestrutura do Paraná. Também saudou lideranças municipais presentes na Marcha dos Prefeitos e defendeu o municipalismo, argumentando que o desenvolvimento do País depende de cidades fortes. Por fim, em alusão ao mês de combate ao abuso e à exploração sexual infantil, manifestou apoio ao endurecimento de penas para crimes contra crianças e à redução da maioridade penal como forma de responsabilização efetiva.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada homenageou Volmir Peraki, ex-Vereador de Veranópolis (RS), falecido no dia 10, destacando sua trajetória como liderança comunitária na Serra Gaúcha. Ressaltou ainda a atuação de Peraki como voluntário na Escola Irmã Joana Aimee e servidor dos Correios ao longo da vida. Por fim, estendeu condolências à família e à comunidade veranense.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado relatou reunião com o Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e o Prefeito Ademário, de Nova Redenção (BA), ocasião em que foi assinado convênio para a construção de uma escola e obras de pavimentação asfáltica. Além disso, resgatou a trajetória política local, recordando a derrota nas eleições de 2020 por 100 votos, e celebrou a aliança construída posteriormente, que resultou na eleição do Prefeito Ademário.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado destacou sua ligação com o meio rural e reafirmou seu apoio aos produtores rurais brasileiros, especialmente os catarinenses. Filho de agricultores, afirmou conhecer as dificuldades enfrentadas pelo homem do campo, como secas, excesso de chuvas, frio, perdas de safra e problemas de infraestrutura. Defendeu a aprovação de projetos considerados estratégicos para o setor agropecuário. Entre eles, citou o Requerimento nº 1.180, de 2026, relacionado à avaliação de impactos econômicos sobre produtores rurais, o Requerimento nº 2.736, de 2026, voltado ao acesso de cooperativas a fundos de desenvolvimento regionais, além do Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, sobre seguro rural, e do Projeto de Lei nº 2.827, de 2025, que trata de mudanças tributárias relacionadas ao arrendamento rural.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado associou o Senador Flávio Bolsonaro à mitomania e questionou a autenticidade de suas crenças religiosas, afirmando desconhecer sua igreja, pastor e práticas de fé. Além disso, apontou a origem do dinheiro do Senador como suspeita. Com base em passagens bíblicas do Evangelho de João, advertiu que a mentira tem procedência maligna e concluiu que ainda há tempo de arrependimento, sob pena de consequências espirituais graves.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada afirmou que os escândalos envolvendo o clã Bolsonaro revelaram práticas de corrupção, manipulação política e articulações financeiras ligadas a interesses internacionais. Além disso, relacionou a atuação de Parlamentares ao envio de recursos para os Estados Unidos com o objetivo de atacar a imagem do Brasil no exterior e apoiar medidas tarifárias contra o País. Também defendeu uma agenda voltada ao desenvolvimento, à soberania nacional, à democracia e à melhoria das condições de vida da população. Ainda criticou a postura da Oposição em relação à proposta de emenda à Constituição sobre o fim da jornada 6 por 1, por propor o adiamento de mudanças trabalhistas e não prever diminuição da carga semanal de trabalho sem redução salarial. Por fim, destacou preocupações com educação, mudanças climáticas e impactos do El Niño nas regiões brasileiras.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado criticou o Senador Flávio Bolsonaro ao associar sua atuação política a contradições sobre o caso envolvendo o Banco Master e o banqueiro Daniel Vorcaro. Em seguida, afirmou que as investigações revelaram encontros antes negados pelo Senador e classificou as declarações como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

tentativa de transformar mentiras em verdade. Também questionou a produção de um filme sobre o ex-Presidente Jair Bolsonaro e levantou dúvidas sobre a destinação de recursos arrecadados para o projeto, mencionando suspeitas de envio de valores para os Estados Unidos. Além disso, afirmou que bolsonaristas tentaram atribuir acusações de corrupção ao Partido dos Trabalhadores, mas não apresentaram provas. Por fim, declarou que o plenário vazio refletia dificuldades da Oposição em responder às denúncias.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado registrou a presença de representantes do Município de Arambaré (RS) no Parlamento, entre eles o Prefeito Iago e as Vereadoras Cris e Elisa. Em seguida, destacou a atuação das mulheres no cenário político local e reafirmou o compromisso de destinar recursos ao Município.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado saudou a presença do Prefeito Clóvis Andrade, de Planalto (BA), que participava da Marcha dos Prefeitos em Brasília, acompanhado do secretário Danilo Iglesias. Além disso, destacou as emendas parlamentares destinadas ao Município, que já ultrapassaram R\$ 6 milhões em 2026, e reconheceu Clóvis Andrade como gestor de alta qualidade no cenário político do interior da Bahia.

Marcelo Nilo (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado criticou a gestão do Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, ao apontar problemas nas áreas de saúde, educação, segurança pública e emprego. Em seguida, mencionou declarações atribuídas ao Governador sobre eleitores de Jair Bolsonaro e sobre a situação do Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana (BA), afirmando que pacientes deveriam permanecer em corredores diante da superlotação da unidade. Também afirmou que a administração estadual apresentou baixos indicadores em serviços públicos e acusou o Governo de falta de sensibilidade diante da população.

Luciano Vieira (PSDB - RJ) - O Deputado destacou a visita do Vereador Daniel Vasconcellos, de Mangaratiba (RJ), a Brasília para buscar recursos destinados ao Município, com prioridade para a área da saúde. Em seguida, informou que o Parlamentar esteve acompanhado do Secretário Municipal de Saúde e do Prefeito Luiz Claudio durante agendas na Câmara dos Deputados. Também afirmou que Daniel Vasconcellos manteve atuação voltada à ampliação de investimentos e melhorias para a população local e declarou que a Câmara permanecia à disposição para apoiar as demandas do Município.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado defendeu a redução da maioria penal para crimes hediondos, argumentando que facções criminosas se valem da proteção legal conferida aos menores para recrutar jovens. Além disso, sustentou que adolescentes de 16 e 17 anos que cometem crimes graves, como estupro e homicídio, devem responder penalmente como adultos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado manifestou solidariedade à população de Lajeado Novo (MA) após o assassinato de uma comerciante conhecida como Mocinha da farmácia, morta pelo companheiro no Município. Em seguida, prestou apoio à família da vítima e destacou o impacto do crime sobre a comunidade local. Também parabenizou as forças de segurança pública do Maranhão pela prisão do suspeito em menos de 24 horas e afirmou que o caso não representava a Guarda Municipal de Lajeado Novo (MA). Além disso, defendeu a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2015, sobre a redução da maioria penal, ao citar casos recentes de violência envolvendo adolescentes no Maranhão. Por fim, cobrou do Congresso Nacional resposta legislativa para crimes cometidos por menores de idade.

Luciano Vieira (PSDB - RJ) - O Deputado registrou a presença da Vereadora Helena Vieira, do Rio de Janeiro (RJ), para apresentar proposta legislativa voltada à defesa dos direitos das mulheres. Em seguida, informou que o projeto estava em fase de elaboração no gabinete parlamentar e ressaltou a atuação da Vereadora na presidência da Comissão da Mulher da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Também parabenizou Helena Vieira pelo trabalho desenvolvido em favor das mulheres no Município. Além disso, afirmou que a Câmara dos Deputados permanecia de portas abertas para receber Vereadores do Rio de Janeiro (RJ) e apoiar iniciativas de interesse da população.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado destacou a participação de representantes de Casimiro de Abreu (RJ) na Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília (DF). Em seguida, registrou a presença do Prefeito Ramon, do Vice-Prefeito Marquinhos, do Presidente da Câmara Municipal, Vitor de Doca, além de integrantes da comitiva do Município na Câmara dos Deputados. Também afirmou que a gestão municipal manteve preocupação com o desenvolvimento da cidade e elogiou a administração conduzida pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a continuidade das obras de duplicação da BR-386 no Rio Grande do Sul, conhecida como Estrada da Produção e Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola. Em seguida, informou que dois dos cinco trechos previstos ainda não tiveram início, entre Marques de Souza (RS) e Fontoura Xavier (RS), e entre Tio Hugo (RS) e Carazinho (RS). Também criticou o pedido da concessionária CCR ViaSul para ampliar os prazos de execução das obras, o que poderia adiar intervenções por até uma década. Além disso, cobrou esclarecimentos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre os atrasos e destacou que a rodovia apresentou alto número de acidentes. Por fim, afirmou que a BR-386 era estratégica para a logística, o transporte e a produção do Rio Grande do Sul.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado comentou resultados de pesquisa eleitoral e afirmou que a queda nas intenções de voto do Senador Flávio Bolsonaro indicou desgaste político dentro da Direita. Em seguida, declarou que erros atribuídos ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e declarações do Senador poderiam favorecer a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda no primeiro turno. Também questionou a capacidade de Flávio Bolsonaro para disputar a Presidência da República e associou recursos públicos do Estado do Rio de Janeiro a investimentos realizados no Banco Master por órgãos estaduais, como a Companhia Estadual de Águas e Esgotos. Ao finalizar, defendeu reorganização da Direita diante das disputas presidenciais.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado declarou orgulho em fazer parte do projeto político liderado pelo Governador Jerônimo Rodrigues na Bahia, ressaltando que cinco mandatos consecutivos do PT no Estado promoveram avanços reconhecidos até pela Oposição. Além disso, citou pesquisa do Datafolha que apontou 67% de aprovação ao Presidente Lula e 56% de aprovação ao Governador Jerônimo Rodrigues no Estado, com apenas 10% da população disposta a votar no candidato vinculado ao ex-Presidente Bolsonaro. Por fim, afirmou que os dados indicam nova vitória eleitoral tanto do Presidente Lula quanto do Governador baiano.

Luciano Vieira (PSDB - RJ) - O Deputado recebeu o Vereador Fernando Mistura, de São Pedro da Aldeia (RJ), que solicitou emenda para a reforma de uma praça no bairro de Poço Fundo. Além disso, confirmou o envio de recursos por meio do mandato para atender os moradores do bairro e parabenizou o Vereador pelo trabalho dedicado à população local.

Antonio Carlos Rodrigues (PODE - SP) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Carlinhos, de Bofete (SP); e de Vereadores dos Municípios de Pereiras (SP), Pratânia (SP) e Bofete (SP) na Câmara dos Deputados.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado criticou o cenário político e institucional do País, afirmou que narrativas ganharam espaço nas redes sociais e disse que a população continuou enfrentando dificuldades econômicas e sociais. Declarou que houve distanciamento entre o discurso político e a realidade vivida pelos brasileiros, além de questionar decisões de tribunais e a atuação de autoridades públicas. Também defendeu a valorização do voto popular, afirmou ter identificado a intenção de priorizar os interesses nacionais e conclamou os eleitores a analisarem o histórico e a ficha dos candidatos antes das eleições. Citou a Constituição Federal e pediu reflexão sobre o atual momento político.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a importância da 27ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios como espaço de diálogo entre gestores municipais e o Governo Federal. Afirmou que Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários buscaram novos investimentos e defenderam maior atenção às demandas locais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Relembrou sua experiência como Prefeito de Guanambi (BA) e declarou que, apesar dos avanços obtidos nas edições anteriores do encontro, ainda havia necessidade de redistribuição do bolo tributário para ampliar os recursos destinados aos Municípios. Também defendeu as emendas parlamentares, afirmou que elas contribuiriam para ações em saúde, educação, assistência social e infraestrutura, e criticou avaliações negativas sobre a destinação desses recursos ao interior do País.

Nelson Barbudo (PODE - MT) - O Deputado criticou Parlamentares da Oposição e defendeu o Senador, citado como pré-candidato. Contestou acusações feitas contra o Senador e afirmou que recursos utilizados em produção audiovisual ligada ao grupo político tiveram origem na iniciativa privada. Também associou Governos de Esquerda a denúncias de corrupção e à crise em empresas estatais, mencionando os Correios e outras instituições públicas. Declarou que o País enfrentava dificuldades econômicas e administrativas e afirmou que a Oposição precisaria reconstruir o Brasil em um próximo ciclo de Governo. Também criticou o socialismo e o comunismo.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado prestou homenagem ao policial civil e piloto Felipe Monteiro, morto após mais de um ano de tratamento depois de ter sido atingido por um disparo durante uma operação policial no Rio de Janeiro. Relatou que o helicóptero utilizado na ação não possuía vidro blindado e destacou a atuação do agente na segurança pública. Também manifestou solidariedade à esposa e à sobrinha de Felipe Monteiro, cuja guarda era exercida pelo policial. Afirmou que o Rio de Janeiro enfrenta grave crise na segurança e defendeu maior atuação do Governo Federal no combate ao crime organizado para reverter a situação do Estado.

Icaro de Valmir (REPUBLICANOS - SE) - O Deputado homenageou a TV Atalaia pelos 51 anos de atuação em Sergipe. Destacou a trajetória da empresa na comunicação regional desde sua fundação, em 1975, e afirmou que a emissora manteve vínculo com a cultura, as tradições e o cotidiano da população sergipana. Também ressaltou a adaptação da emissora às plataformas digitais e o compromisso com a informação e a identidade local. Reconheceu o trabalho do empresário, do superintendente Augusto Franco Neto, da diretora executiva Grace Franco e dos profissionais da emissora. Afirmou que a valorização da imprensa regional contribuiu para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o aumento previsto nas tarifas de energia elétrica e atribuiu a situação à condução da política energética do Governo Federal. Afirmou que o Brasil possuía capacidade excedente de produção de energia e destacou a predominância de fontes renováveis na matriz energética nacional. Também questionou a manutenção de usinas termelétricas a carvão até 2040 e afirmou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

que o modelo impactaria consumidores, comerciantes e produtores rurais. Citou o potencial energético do Amazonas, mencionando reservas de gás terrestre e o uso de diesel na geração de energia no Estado. Relatou que o aumento do custo da energia poderia afetar investimentos e a competitividade do País em setores ligados à tecnologia e infraestrutura.

Beto Preto (PSD - PR) - O Deputado destacou a realização da Marcha dos Prefeitos em Brasília e deu boas-vindas aos gestores municipais do sudoeste do Paraná presentes na Câmara dos Deputados. Citou a presença do Prefeito Ricardinho, de Santo Antônio do Sudoeste (PR), do Prefeito Álvaro, de Chopinzinho (PR), além do Vice-Prefeito Dr. Zeca e do Presidente da Câmara Municipal, Dico. Afirmou que a região de fronteira do sudoeste paranaense recebeu atenção do Governo do Paraná, com investimentos direcionados à área da saúde. Também ressaltou a importância da participação dos Prefeitos no encontro municipalista realizado na capital federal.

Zeinho Barbary (PP - AC) - O Deputado registrou a presença de Prefeitos e lideranças municipais acreanas no Plenário da Câmara dos Deputados durante a realização da Marcha de Prefeitos em Brasília (DF). Citou a participação do Prefeito César, de Porto Walter (AC), do Vice-Prefeito Edésio, do Prefeito Valdelio Furtado, de Marechal Thaumaturgo (AC), além da primeira-dama do Município e do Vereador Rudson. Afirmou que os gestores visitaram os gabinetes da bancada do Acre em busca de recursos para investimentos nos Municípios e destacou a importância da articulação entre Prefeitos e Parlamentares para atender demandas locais e fortalecer ações no Estado.

Socorro Neri (PP - AC) - A Deputada criticou ataques feitos por um Vereador da Câmara Municipal de São Paulo (SP) contra professores em greve e classificou a conduta como desrespeitosa com a categoria. Afirmou que a paralisação dos docentes paulistas foi legítima e associou a mobilização à reivindicação por reajuste salarial, dignidade e valorização profissional. Também citou a possibilidade de greve dos professores de Rio Branco (AC) e declarou apoio aos educadores do Acre e de outras regiões do País. Informou que protocolou na Comissão de Educação um requerimento de moção de repúdio contra o parlamentar responsável pelas declarações e defendeu respeito aos profissionais da educação pública.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado cumprimentou Vereadores e Prefeitos presentes na Marcha dos Prefeitos em Brasília (DF), organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), presidida por Paulo Ziulkoski. Citou representantes de diferentes Municípios do Rio Grande do Sul e de outros Estados, incluindo o Presidente da Câmara de Vereadores de Canoas (RS), Abmael de Oliveira, o Vereador Jorge Bellé, de Campo Bom (RS), o assessor Júnior Kowalski e o Secretário e Vereador Gelson, de Crissiumal (RS), além dos suplentes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Flávio Moreno e Susanna do Val. Afirmou que o Parlamento recebeu lideranças municipais para aproximação com a realidade e as demandas dos Municípios no Congresso Nacional.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou a presença do Prefeito de Santa Teresa (ES) e destacou ações da gestão municipal voltadas ao fortalecimento do turismo e da valorização cultural no Município, reconhecido como a primeira cidade de imigração italiana no Brasil. Mencionou a realização da Festa 3x4, evento que reuniu a população em celebração à cultura italiana, e afirmou que a administração municipal tem promovido iniciativas nas áreas de turismo, saúde, educação e assistência social. Ressaltou a importância da preservação da história local e declarou apoio ao Prefeito no desenvolvimento de Santa Teresa (ES), com foco no crescimento econômico e na consolidação do Município como referência turística no Espírito Santo.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada destacou o lançamento de um programa do Governo federal, conduzido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que previu até 30 bilhões de reais em crédito para motoristas de aplicativo e taxistas financiarem veículos novos. Afirmou que a iniciativa buscou enfrentar a precarização do trabalho na chamada uberização e ampliar a proteção social da categoria. Também registrou ações do Governo da Bahia, liderado por Jerônimo Rodrigues, voltadas a mototaxistas. Ressaltou que o programa estabeleceu critérios como cadastro ativo há 12 meses e mínimo de 100 corridas. Parabenizou ainda o Sindicato dos Motoristas de Aplicativos de Salvador (BA) pela atuação junto à categoria.

Carla Dickson (PL - RN) - A Deputada criticou o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, administrado por Fátima Bezerra, citando pesquisa de opinião e episódios relacionados à segurança pública e à saúde. Também mencionou o cenário político nacional e apontou gastos em viagens internacionais atribuídos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Primeira-Dama Rosângela da Silva. Citou ainda investigações envolvendo recursos de campanhas e decisões na Polícia Federal. Fez referência ao Senador Flávio Bolsonaro e contestou posicionamentos políticos de parlamentares, defendendo alinhamento à Direita e cobrando coerência na atuação política.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado recebeu em Brasília (DF) Vereadores e o Vice-Prefeito de Viana (ES) em agenda voltada à captação de recursos para a cidade. Citou a presença de lideranças locais, entre elas Fábio Dias, Hélio da Autoescola, Diego da Farmácia e Flávio Volpone, com atuação em áreas como educação de trânsito, assistência social e esporte. Informou que o grupo participou de reunião sobre a Estrada de Ferro Leopoldina e seguiu na Câmara dos Deputados em busca de investimentos. O Deputado destacou a atuação das lideranças municipais e reafirmou o compromisso com demandas de Viana (ES) e da população local.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado afirmou que críticas ao Senador Flávio Bolsonaro não deveriam ser associadas automaticamente a apoio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Comentou investigações relacionadas ao Banco Master e citou também o ex-Presidente Michel Temer em referência a denúncias envolvendo o sistema bancário. Questionou comparações entre casos políticos e defendeu coerência nas apurações, mencionando a proposta de uma CPI do Banco Master. Também afirmou que Flávio Bolsonaro ainda não teria assinado o requerimento da CPI e pediu posicionamento do Senador sobre o tema.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado afirmou que houve ampliação de debates e conflitos em torno de projetos ligados ao agronegócio e à pauta ambiental. Mencionou propostas relacionadas à redução de unidades de conservação, como a área do Jamanxim, e alterações em instrumentos de fiscalização ambiental conduzidos pelo IBAMA. Também criticou iniciativas atribuídas à Frente Parlamentar da Agropecuária e apontou impactos de ações sobre o desmatamento e a crise climática. Fez referência à política agrícola do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incluindo abertura de mercados internacionais e resultados do Plano Safra, além de defender o alinhamento de políticas ambientais e produtivas no País.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado afirmou que houve equívoco do Parlamentar que o antecedeu ao tratar de temas relacionados ao agronegócio. Citou o movimento SOS Agro no Rio Grande do Sul e mencionou a situação de agricultores afetados por crises climáticas, incluindo registros de suicídios no setor. Destacou a securitização financiada pelo fundo social para mitigação de impactos climáticos e afirmou que não haveria anistia ou descontos, com pagamento pelos produtores. Também mencionou ações na área da saúde no Município de Estância Velha (RS), com destinação de recursos a hospital local e índice de 41% de participação no financiamento.

Marcelo Nilo (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado criticou o Governo federal e fez referências a supostos gastos da primeira-dama Rosângela da Silva em viagens oficiais, comparando valores com a gestão anterior de Michelle Bolsonaro. Mencionou também casos políticos e denúncias envolvendo governos anteriores, como o mensalão e o petrolão, além de citar temas relacionados à Previdência. Afirmou que havia questionamentos sobre deslocamentos internacionais realizados com uso de aeronaves oficiais e solicitou informações sobre despesas da Primeira-Dama no período citado. Também criticou o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e defendeu a divulgação de dados sobre gastos públicos relacionados às atividades da Primeira-Dama.

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado destacou audiência pública sobre segurança realizada em Caxias (MA). Afirmou que o encontro ocorreu sem a presença de órgãos como Judiciário, Ministério Público e forças federais de segurança. Citou operações policiais realizadas por forças do Piauí e Goiás que resultaram em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

apreensões de drogas e prisões na região. Também mencionou investigações do Gaeco do Piauí envolvendo possível uso de emendas parlamentares e suposta relação com o PCC, organização criminosa. Questionou a atuação das autoridades e a situação da segurança pública em Caxias.

Eduardo Bismarck (PV - CE) - O Deputado registrou a presença de lideranças de Ipueiras, no Ceará, incluindo o Prefeito Júnior do Titico, o Vice-Prefeito Luquinha do Charito e a Primeira-Dama Amanda Elis. Destacou a relevância histórica e regional do Município, localizado na região serrana e próximo à divisa com o Piauí, e mencionou iniciativas de promoção do turismo local, como o Festival de Inverno previsto para o fim de semana. Também lembrou relações políticas e familiares entre gestões municipais e Parlamentares ao longo dos anos e ressaltou a importância da parceria com a administração local.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado criticou o ex-Governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro por permitir que o empresário Ricardo Magro determinasse indicações para cargos estratégicos do Governo estadual, como a Secretaria de Fazenda e a Procuradoria do Estado. Recriou ainda o Senador Flávio Bolsonaro e a sua família por manterem apoio político a Cláudio Castro apesar das investigações conduzidas pela Polícia Federal. Ademais, apontou que o Senador Flávio Bolsonaro não rompe com o ex-Governador por receio de eventual delação. Ao final, classificou integrantes do Governo do Rio de Janeiro como organização criminosa e cobrou pedido de desculpas ao povo fluminense.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado criticou a concessionária *Light* pela demora na remoção de uma torre de energia que estaria impedindo a conclusão de obras viárias destinadas a reduzir os congestionamentos na Baixada Fluminense. Destacou ter cobrado agilidade diretamente do Presidente da *Light*, Alexandre Nogueira, e ressaltou que a Eco Rio Minas se dispôs a custear a remoção. Ademais, anunciou representação à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contra a concessionária e defendeu a mobilização dos Parlamentares da Baixada contra a empresa. Ao final, celebrou o início das obras do Viaduto da Avenida Automóvel Clube, em São João de Meriti (RJ), promessa assumida durante sua campanha eleitoral, além de destacar intervenções realizadas quando ocupou a Secretaria de Transporte para reduzir engarrafamentos na Baixada Fluminense.

Leonardo Monteiro (PT - MG) - O Deputado celebrou a cassação do Prefeito de Governador Valadares (MG), Coronel Sandro, por denúncias de corrupção na área da educação, especialmente em contratos de transporte escolar e na compra de kits escolares. Destacou que a Prefeitura adquiriu kits por valores superiores aos praticados no mercado e apontou denúncias apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público e à Polícia. Ademais, ressaltou a atuação do Líder Comunitário Fabiano Careca na formalização da denúncia perante a Câmara Municipal. Ao final, parabenizou as Vereadoras Gilsa Santos e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Sandra Perpétuo, além do Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), Edson Soares, pela mobilização pela cassação do Prefeito.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado exaltou a atuação da ex-Governadora do Maranhão Roseana Sarney na instalação de 81 Municípios criados em 1996 no Estado. Destacou ainda que a então Governadora implementou políticas públicas estaduais, construiu centros administrativos, hospitais, maternidades, escolas e sistemas de abastecimento de água em todas as cidades. Ademais, criticou o ex-Governador Flávio Dino por não concluir a estrada de Marajá do Sena (MA), cuja obra teria sido iniciada no Governo Roseana. Ao final, celebrou o crescimento populacional e econômico de Municípios instalados durante aquela gestão, como Buriticupu (MA) e Ribeirãozinho.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada celebrou a aprovação, em Comissão Mista, do relatório da Senadora Professora Dorinha Seabra sobre a Medida Provisória nº 1.334, de 2026, que dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Destacou ainda ter sido uma das autoras da emenda que garantiu o piso na legislação e afirmou que a valorização do magistério é pauta permanente dos professores, sindicatos e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Ressaltou também que o valor será R\$ 5.130,63 e que a atualização será publicada por portaria até 31 de janeiro de cada ano. Ao final, defendeu a aprovação do parecer da medida provisória até 1º de junho e cobrou a votação pelo Senado do Projeto de Lei nº 2.531, de 2021, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica.

Jorge Araújo (PP - BA) - O Deputado criticou os Governadores Jaques Wagner, Rui Costa e Jerônimo Rodrigues pela demora na construção da ponte prometida à Bahia. Destacou que, após cerca de 20 anos de promessas, a obra não avançou além de sondagens sem resultado concreto. Ademais, denunciou a fila da central de regulação na saúde estadual, que classificou como “fila da morte”, e relatou pedidos de pacientes que percorrem longas distâncias do interior até Salvador (BA) para realizar exames de alta complexidade. Ao final, apontou a insatisfação dos Prefeitos com o Governo Estadual e alertou ao povo baiano para a oportunidade de renovação nas eleições.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada criticou o silêncio da Extrema Direita diante de áudios e mensagens que associam suas lideranças ao empresário Daniel Vorcaro, fraudador do sistema financeiro. Além disso, destacou que o clã Bolsonaro e a família Vorcaro mantêm alianças incompatíveis com o discurso moralista da Direita de combate à corrupção. Ademais, defendeu a instalação da Comissão Parlamentar de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Inquérito (CPI) do Banco Master para aprofundar as investigações e recriminou os acordos que impediram sua criação. Ao final, alertou para as investigações envolvendo o ex-Governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro e celebrou o crescimento do Presidente Lula nas pesquisas eleitorais e o desgaste de seus adversários políticos.

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada criticou a condenação criminal de casal do interior de São Paulo por educar as filhas em casa e defendeu o direito das famílias ao ensino domiciliar. Apontou ainda que as crianças tinham rotina intensa de leitura e estudos, além de formação em disciplinas escolares, idiomas e música. Ademais, recriminou o Poder Judiciário pela punição aos pais por não submeterem as filhas à tutela ideológica do Estado e repudiou conteúdos de gênero, sexualidade e linguagem neutra nas escolas. Ao final, cobrou a votação, pelo Senado, do Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

ORDEM DO DIA

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo; e dá outras providências.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo; e dá outras providências. Esclareceu ainda que o Governo Federal não pretende proibir a produção de tilápia no Brasil. Ademais, defendeu a construção de acordo entre o Governo Lula e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para elaborar solução consensual que preserve os interesses da produção agrícola.

Pedro Lupion (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo; e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo; e dá outras providências. Ademais, saudou a presença, no plenário da Câmara dos Deputados, de Prefeitos da Bahia participantes da Marcha dos Prefeitos, entre eles Ana Medrado, de Mucugê (BA), Dailton Filho, de Madre de Deus (BA), Arnaldinho Oliveira, de Caém (BA), e Glis Dórea, de Itapitanga (BA).

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo; e dá outras providências.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo; e dá outras providências.

Dr Flávio (PL - RJ) - O Deputado parabenizou os produtores rurais do Estado do Rio de Janeiro pela exposição de produtos na Câmara dos Deputados, com representantes de Bom Jardim (RJ), Porciúncula (RJ), Duas Barras (RJ), Nova Friburgo (RJ), Itaperuna (RJ) e Varre-Sai (RJ). Ademais, ressaltou sua atuação anterior como Secretário de Estado de Agricultura e manifestou seu apoio parlamentar ao agronegócio do Rio de Janeiro. Ao final, parabenizou o Deputado Federal Hugo Leal pela iniciativa de apoiar os produtores.

Odair Cunha (PT - MG) - O Deputado despediu-se da Câmara dos Deputados ao encerrar seis mandatos consecutivos como representante de Minas Gerais e agradeceu ao povo mineiro pela trajetória política de quase 24 anos. Recordou sua inspiração na doutrina social da Igreja Católica e afirmou ter atuado em defesa da inclusão social, da superação da fome e do fortalecimento da democracia. Ademais, agradeceu ao Partido dos Trabalhadores (PT), aos Parlamentares de diferentes bancadas, à família, a Prefeitos, Vereadores e lideranças comunitárias. Ao final, agradeceu ao Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e aos demais pares pela eleição para a vaga no Tribunal de Contas da União (TCU) e afirmou que continuará servindo ao povo em nova missão pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado saudou o Deputado Odair Cunha por sua trajetória política na Câmara dos Deputados e afirmou que o Parlamento ganhou com sua atuação em defesa de Minas Gerais e do Brasil. Destacou que o Parlamentar deixará a Casa para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao final, celebrou sua eleição ao TCU como conquista inédita da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT).

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.827, de 2025, que altera a Lei nº 8.023, de 1990, para conferir correta interpretação à legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural em relação aos rendimentos provenientes de arrendamento de imóvel rural.

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.827, de 2025, que altera a Lei nº 8.023, de 1990, para conferir correta interpretação à legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural em relação aos rendimentos provenientes de arrendamento de imóvel rural.

Pedro Lupion (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 2009, para permitir que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Ademais, solicitou ao Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, que o Deputado Arnaldo Jardim, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), pudesse orientar favoravelmente à proposição.

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - O Deputado reiterou apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, em discussão, destacando que ele atende aos interesses do cooperativismo. Também agradeceu ao Presidente da sessão e ao conjunto de Líderes da Câmara pela sensibilidade e prioridade conferidas às demandas do setor cooperativista.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Juscelino Filho (PSDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.220, de 2019, que dispõe sobre o compartilhamento de infraestrutura física aérea de titularidade de prestadoras de serviços de distribuição de energia elétrica com prestadoras de serviços de telecomunicações, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.220, de 2019, que dispõe sobre o compartilhamento de infraestrutura física aérea de titularidade de prestadoras de serviços de distribuição de energia elétrica com prestadoras de serviços de telecomunicações, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, e dá outras providências.

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - O Deputado agradeceu o apoio recebido para a inclusão do Projeto de Lei Complementar nº 2.143, de 2025, em discussão, entre os temas prioritários em debate, destacando que a proposta integra a agenda estratégica da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e que sua relevância já havia sido detalhada no Colégio de Líderes.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.143, de 2025, que altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 (Lei de Proteção de Cultivares), para aumentar o prazo de vigência do direito de proteção de novas cultivares, e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado fez uma ressalva à Lei de Proteção de Cultivares e defendeu que pequenos e médios agricultores preservem o direito de produzir sementes e mudas. Também manifestou voto favorável ao acordo para votação dos requerimentos e, por fim, destacou a necessidade de que a análise do mérito do Projeto de Lei nº 2.143, de 2025, em discussão, preserve a autonomia produtiva desses agricultores e proteja suas condições de permanência e desenvolvimento no campo.

Pedro Lupion (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado esclareceu que a matéria em discussão não trata da Lei de Proteção de Cultivares de forma ampla, mas sim do Projeto de Lei nº 2.143, de 2025, voltado especificamente à modernização das regras relacionadas a cultivares de cana-de-açúcar e silvicultura.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Destacou que temas ligados à proteção de sementes de soja, milho e outros grãos foram retirados da proposta, devido à ausência de consenso entre produtores e entidades do setor.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado solicitou a inclusão de requerimento de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 139, de 2026, na pauta da sessão, argumentando que a matéria trata de correção histórica relacionada à crise do resseguro no Brasil entre 2020 e 2021, em convergência com os temas apreciados.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações, de acordo com o artigo 15-A e § 3º do artigo 28 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade 31.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.822, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações, de acordo com o artigo 15-A e § 3º do artigo 28 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade 31.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.822, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações, de acordo com o artigo 15-A e § 3º do artigo 28 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade 31.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.822, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações, de acordo com o artigo 15-A e § 3º do artigo 28 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade 31.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.822, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações, de acordo com o artigo 15-A e § 3º do artigo 28 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade 31.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.822, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações, de acordo com o artigo 15-A e § 3º do artigo 28 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade 31.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou a condução da sessão ao apontar a ausência do parecer no sistema, questionando como seria possível votar matéria sem acesso ao texto. Além disso, classificou a situação como antidemocrática e cobrou a disponibilização do documento com tempo suficiente para leitura e avaliação pelos Parlamentares.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado destacou a passagem dos 26 anos do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado em 18 de maio. Também enfatizou a urgência de ampliar a conscientização e fortalecer a rede de proteção.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada do recurso nº 5, de 2024, que recorre contra apreciação conclusiva ao Projeto de Lei nº 364 de 2019, que “Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.”.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada do recurso nº 5, de 2024, que recorre contra apreciação conclusiva ao Projeto de Lei nº 364 de 2019, que “Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica”.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada do recurso nº 5, de 2024, que recorre contra apreciação conclusiva ao Projeto de Lei nº 364 de 2019, que “Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica”.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 5, de 2024, que recorre contra apreciação conclusiva das Comissões sobre o Projeto de Lei nº 364 de 2019, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 5, de 2024, que recorre contra apreciação conclusiva das Comissões sobre o Projeto de Lei nº 364 de 2019, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 364 de 2019, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica. Argumentou que a proposta estabelece um corte de 1.500 metros de altitude, abaixo do qual os campos são considerados antropizados desde 1740, com histórico consolidado de uso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

agropecuário. Por fim, criticou a aplicação da legislação da Mata Atlântica sobre essas áreas em detrimento do Código Florestal.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 5, de 2024, que recorre contra apreciação conclusiva das Comissões sobre o Projeto de Lei nº 364 de 2019, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.

Diego Andrade (PSD - MG) - O Deputado prestou homenagem ao ex-Deputado Federal Oscar Andrade, seu tio, falecido em acidente de motocicleta. Destacou a trajetória pública do homenageado, que exerceu dois mandatos como Deputado Federal por Rondônia e atuou como Secretário da Casa Civil do Governo Estadual, sendo também reconhecido como defensor dos transportadores brasileiros. Descreveu Oscar Andrade como alguém que tornava o ambiente mais leve pela simples presença, e atribuiu a ele influências decisivas em sua própria vida. Ressaltou que a maior grandeza do tio estava na simplicidade e na humanidade com que vivia e servia, e que procurou seguir esse exemplo ao longo de sua própria trajetória política. Encerrou pedindo que Deus confortasse a família e recebesse Oscar Andrade em paz, reafirmando que seu exemplo continuará guiando seus passos.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do Recurso nº 5, de 2024, que recorre contra apreciação conclusiva das Comissões sobre o Projeto de Lei nº 364 de 2019, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado proferiu parecer ao Substitutivo do Senado Federal oferecido ao Projeto de Lei nº 715, de 2023, que dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 14-B da Lei nº 5.889, de 1973, contido no artigo primeiro do Substitutivo do Senado Federal oferecido ao Projeto de Lei nº 715, de 2023, que dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais. Em seguida, abordou a concessão via Parceria público-privada (PPP) do serviço de saneamento prestado pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Criticou o processo por considerá-lo carente de transparência, apontando que o leilão foi realizado em outro Estado, sem audiência pública e sem discussão prévia com a sociedade paraibana. Afirmou ser favorável ao modelo de parceria



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

público-privada em si, mas questionou esta concessão, firmada com uma empresa espanhola que, segundo ele, é alvo de acusações de ilícitos. Encerrou pedindo esclarecimentos ao Governo do Estado e reforçando a necessidade de transparência para a população paraibana.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 14-B da Lei nº 5.889, de 1973, contido no artigo primeiro do Substitutivo do Senado Federal oferecido ao Projeto de Lei nº 715, de 2023, que dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 14-B da Lei nº 5.889, de 1973, contido no artigo primeiro do Substitutivo do Senado Federal oferecido ao Projeto de Lei nº 715, de 2023, que dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais. Em seguida, defendeu a aprovação de proposição em favor de policiais e bombeiros militares em tramitação no Senado Federal.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 14-B da Lei nº 5.889, de 1973, contido no artigo primeiro do Substitutivo do Senado Federal oferecido ao Projeto de Lei nº 715, de 2023, que dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais. Na oportunidade, defendeu a manutenção do Bolsa Família para trabalhadores safristas por até 3 meses e criticou as condicionantes incluídas pelo Senado, sob o argumento de que dificultariam o acesso ao benefício. Além disso, afirmou que o relatório apoiado pelo grupo buscava preservar a renda dessas famílias e ressaltou que as políticas públicas de transferência de renda contribuíram para a saída do Brasil do Mapa da Fome.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 14-B da Lei nº 5.889, de 1973, contido no artigo primeiro do Substitutivo do Senado Federal oferecido ao Projeto de Lei nº 715, de 2023, que dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais. Em seguida, manifestou pesar pela morte do piloto Felipe, integrante da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), após ataque com tiro de fuzil durante operação policial. Além disso, afirmou que o helicóptero não era blindado e assinalou que o Brasil figura entre os países com maior número de policiais mortos. Por fim, cobrou do Congresso Nacional uma resposta ao crime organizado e solidarizou-se com familiares, amigos e integrantes da Polícia Civil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Pedro Lupion (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 14-B da Lei nº 5.889, de 1973, contido no artigo primeiro do Substitutivo do Senado Federal oferecido ao Projeto de Lei nº 715, de 2023, que dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais.

Paulo Pimenta (PT - RS) - O Deputado criticou o Senador Flávio Bolsonaro ao afirmar que houve contradições em declarações relacionadas ao empresário Daniel Vorcaro e a supostos repasses financeiros vinculados ao Banco Master e a um projeto cinematográfico. Além disso, mencionou investigação envolvendo recursos de consignados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e apontou que Flávio Bolsonaro teria visitado Vorcaro após a prisão do empresário. Ademais, ironizou a coletiva de imprensa realizada pelo Senador e manifestou constrangimento com a participação de Parlamentares no ato. Por fim, afirmou que os aliados políticos deveriam se afastar do Senador diante das denúncias e da repercussão do caso.

Zé Vitor (PL - MG) - O Deputado celebrou o Projeto de Lei nº 715, de 2023, que dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais. Ressaltou que a proposta está relacionada ao trabalho temporário no campo, classificando a medida como demonstração de maturidade e responsabilidade do Parlamento. Além disso, destacou a atuação do Deputado Evair Vieira de Melo e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na construção do relatório. Ademais, afirmou que a iniciativa ampliaria a inclusão produtiva ao permitir que beneficiários do Bolsa Família mantivessem o benefício e a carteira assinada em atividades safristas. Por fim, sustentou que a proposta traria segurança, previsibilidade e benefícios para o setor agropecuário e para o País.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera a Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais. Na oportunidade, mencionou debate realizado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) e alertou para os impactos psicológicos e sociais dessas práticas, inclusive casos de adoecimento mental e tentativa de suicídio entre adolescentes. Ademais, citou dados de Minas Gerais e informações do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Programa das Nações Unidas para o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Desenvolvimento (Pnud) sobre os efeitos desses crimes nas famílias. Por fim, ironizou o suposto financiamento de 134 milhões de reais para uma determinada produção cinematográfica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera a Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais.

Rogéria Santos (REPUBLICANOS - BA) - A Deputada proferiu parecer às emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera a Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera a Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais. Em seguida, fez apelo ao Governador da Paraíba para que apresente solução à situação dos licenciados da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Além disso, afirmou que os profissionais aguardavam havia anos uma resposta do poder público e assinalou que o problema teve origem em gestões anteriores. Por fim, ressaltou que os policiais e familiares necessitavam de atendimento urgente por parte do Governo Estadual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera a Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais. Além disso, defendeu o fortalecimento de mecanismos de investigação e punição contra redes criminosas e ressaltou iniciativas do Governo Federal, como a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e operações conduzidas pelo Ministério da Justiça e pela Polícia Federal (PF).

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a bancada da votação da subemenda substitutiva do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet. Além disso, saudou vereadores de Araci (BA) presentes à Marcha dos Prefeitos, que vieram a Brasília solicitar investimentos para o Município. Também cumprimentou vereadores de Itajuípe (BA), mencionando inaugurações e anúncios de novas obras realizados na semana anterior, como pavimentação asfáltica, em visita ao Município ao lado do Prefeito Léo da Capoeira.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado orientou a bancada da votação da subemenda substitutiva do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet. Além disso, reafirmou a proposta de castração química para pedófilos e recordou que, quando da criação do cadastro nacional, houve votos contrários à medida. Por fim, concluiu que o fortalecimento da proteção às crianças é uma necessidade no ordenamento jurídico brasileiro.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada da votação da subemenda substitutiva do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet. Além disso, fez um apelo ao Governador da Paraíba para que atenda às demandas das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

forças de segurança do Estado. Nesse sentido, cobrou a resolução do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) e da lei orgânica da Polícia Penal, a aprovação Gratificação de Atividade Socioeducativa para os agentes socioeducativos e o pagamento por subsídio à Polícia Civil. Além disso, solicitou a convocação de 400 suplentes para compor os quadros da Polícia e do Bombeiro Militar, diante do crescimento da criminalidade no Estado.

Amanda Gentil (PP - MA) - A Deputada orientou a bancada da votação da subemenda substitutiva do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada da votação da subemenda substitutiva do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet. Além disso, lamentou a não aprovação de punições mais severas para adolescentes autores de estupro, atribuindo o resultado à base do Governo Lula e ao PT.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada da votação da subemenda substitutiva do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet. Defendeu uma política transversal do Governo que combina punição e educação no enfrentamento à violência sexual. Citou declaração de um ex-Deputado, que chegou à Presidência do País, como exemplo de discurso que induz ao estupro, e ressaltou a necessidade de educação como instrumento de prevenção. Além disso, destacou a operação Caminhos Seguros, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com ações em todos os Estados brasileiros contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada da votação da subemenda substitutiva do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet. Além disso, criticou o Congresso Nacional por não votar com a mesma urgência o fim da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

escala 6x1, reprovando emendas apresentadas à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, apresentadas que beneficiariam os empregadores.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada da votação da subemenda substitutiva do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado agradeceu ao Presidente Hugo Mota pela criação de Comissão Externa para apurar a violência sexual contra crianças nos Estados brasileiros. Destacou que o Projeto de Lei (PL) nº 3.066, de 2025, aprovado por unanimidade na Câmara, aumenta penas, amplia a vigilância e permite o rastreamento sigiloso de criminosos na internet. Também mencionou a Operação Caminhos Seguros de 2026, que mobilizou 20 mil policiais, resultando em 323 prisões e 1.143 vítimas atendidas. Por fim, homenageou parlamentares, assessores e autoridades que contribuíram para a aprovação do PL.

Rodrigo Gambale (PODE - SP) - O Deputado apresentou parecer ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações, de acordo com o artigo 15-A e § 3º do artigo 28 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade 31.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações. Criticou o rito de tramitação do projeto, apontando ausência de debate público e a disponibilização tardia do relatório. Reconheceu pontos positivos, como a busca por segurança jurídica e desburocratização, mas condenou dispositivos que blindam partidos políticos de irregularidades, especialmente em processos de fusão, nos quais as pendências do partido incorporado seriam extintas. Além disso, manifestou preocupação com o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

enfraquecimento do controle sobre o uso do fundo partidário e do fundo eleitoral, e com a criação de mecanismos que podem gerar comportamento oportunista.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações. Apontou que a proposta impede penhora e bloqueio de bens partidários em casos de inadimplência trabalhista, previdenciária e tributária, em contraste com as regras aplicadas a empresários. Além disso, questionou a permissão para que partidos montem instituições de ensino com recursos do fundo partidário e ainda cobrem mensalidades dos estudantes, caracterizando a medida como uso indevido de dinheiro público.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações. Criticou a proposta que permite o uso do fundo partidário para pagar multas, juros e dívidas de partidos políticos com recursos públicos, incluindo sanções decorrentes de má utilização de verbas e privilégios. Também condenou o parcelamento em 180 vezes para quitação dessas dívidas e a ausência de responsabilização em casos de fusão ou federação partidária. Além disso, reprovou a tramitação em regime de urgência, sem debate com a sociedade nem análise em comissões.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações. Parlamentar criticou o projeto, classificando-o como um conjunto de facilidades inadequadas para os partidos políticos, sem mudanças estruturais relevantes. Apontou a impenhorabilidade dos fundos partidário e eleitoral, a extinção de processos não julgados em três anos, a tolerância de falhas de até 10% na prestação de contas e o parcelamento de débitos em até 15 anos. Além disso, condenou a suspensão de repasses e multas no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

segundo semestre de anos eleitorais e a anistia financeira em fusões partidárias, concluindo que tais medidas prejudicam a credibilidade dos partidos.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações. Além disso, criticou Parlamentares da base do Governo Lula que, a despeito de discurso moralista, votaram pela urgência da matéria, e concluiu que partidos nessa situação perdem a legitimidade para tratar de corrupção ou ética pública.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado criticou o silêncio dos líderes do Governo e do PT no plenário durante a votação do Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, apontando contradição entre o discurso histórico da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

base governista e a aprovação de medida que permite o uso de recursos públicos para a criação de universidades com posterior cobrança de mensalidades. Além disso, assinalou que os Parlamentares da base do Governo Lula perderam a legitimidade para tratar de temas como direitos trabalhistas, impostos, desvio de dinheiro público e privatizações.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de votação nominal do destaque de bancada apresentado ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações. Além disso, criticou a aprovação de um projeto de lei inserido na pauta sem texto prévio e sem que nenhum Parlamentar tivesse subido à tribuna para defendê-lo. Apontou que a ausência de debate público e a falta de votação nominal configuraram covardia e falta de transparência. Além disso, classificou a proposta como um mecanismo de blindagem de partidos políticos, capaz de levar à prescrição multas milionárias.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal do destaque de nº 1 apresentado ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025. Manifestou insatisfação com a recusa à votação nominal de um projeto que considerou prejudicial ao Brasil, em especial por tratar de fusão e aquisição. Argumentou ainda que propostas de qualidade devem ser debatidas de forma transparente, com os Parlamentares dispostos a defendê-las publicamente. Além disso, criticou o silêncio dos líderes presentes, apontando tal postura como sinal de que o projeto não seria benéfico ao País.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal do destaque de nº 1 apresentado ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025. Além disso, defendeu que toda votação deveria ser nominal, argumentando que política exige coragem e transparência. Afirmou não ter receio de votar em posições impopulares e de expor suas opiniões publicamente. Por fim, apontou que a resistência à votação nominal revela que os Parlamentares contrários sabem que o projeto é prejudicial ao trabalhador e não querem ter seus nomes associados à decisão.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado apontou falhas no Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que considerou de autoproteção dos partidos, os quais legisariam em causa própria ao isentar agremiações de multas, preservar fundos partidário e eleitoral, conceder anistia a partidos com dívidas e restringir a atuação de técnicos da Justiça Eleitoral. Além disso, criticou a permissão de falhas de até 10% na prestação de contas de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

campanhas milionárias sem reprovação e a proibição de cobranças no segundo semestre eleitoral. Por fim, classificou a votação como vergonhosa e prejudicial à já deteriorada imagem dos partidos perante a população.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do art. 29 da Lei n. 9.096, de 1995, alterado pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que dispõe sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações. Criticou o artigo por suspender processos judiciais e administrativos e impedir a aplicação de sanções financeiras pretéritas ao novo partido. Argumentou que tal mecanismo cria blindagem indevida, permitindo que dívidas prescrevam em até 15 anos sem pagamento, com uso de recursos públicos.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou o clima de silêncio e a ausência de debate em torno da reforma política em votação, apontando que o Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, representa um facilitário para os partidos políticos, inclusive com a isenção de multas em ano eleitoral. Também questionou a ausência do Presidente Hugo Mota na condução dos trabalhos e cobrou postura mais transparente dos colegas, defendendo que Parlamentares, na condição de agentes públicos, têm o dever de se expor e debater as matérias em votação.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 29 da Lei n. 9.096, de 1995, alterado pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que dispõe sobre a responsabilidade individualizada de cada órgão dos partidos políticos pela execução de sanções pecuniárias e vedar descontos de cotas do Fundo Partidário de órgãos distintos, regulamentando a forma de cumprimento, parcelamento e fiscalização dessas obrigações, aplicadas aos órgãos nacionais, órgãos estaduais, distrital e municipais das agremiações.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado criticou a ausência de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) nos debates sobre o Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, em votação, classificando a postura como falta de coragem. Reconheceu, por outro lado, a disposição do Deputado Chico Alencar e da Deputada Adriana Ventura de se posicionarem publicamente, mesmo diante de divergências. Por fim, declarou não respeitar Parlamentares que, por omissão, deixam de honrar o mandato perante os próprios eleitores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Any Ortiz (PP - RS) - A Deputada registrou voto contrário ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, e lamentou que a matéria tivesse sido aprovada de forma simbólica, sem votação nominal. Defendeu que cada um dos 513 Parlamentares deve deixar registrado seu posicionamento, sobretudo em temas relacionados a benefícios e privilégios, para que o País inteiro tenha acesso a essa informação.

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado registrou voto contrário ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, e criticou a inclusão de projetos na pauta sem prazo adequado para análise pelos Parlamentares. Além disso, apontou que a prática contraria os princípios democráticos, pois impede o conhecimento prévio das proposições votadas.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado registrou voto contrário ao Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, com base nos debates e manifestações apresentados durante a discussão.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que permite que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Além disso, fez apelo ao Congresso Nacional pela aprovação da redução da maioria penal, diante de casos recentes de estupros coletivos praticados por menores de idade contra crianças de 7, 10 e 12 anos. Ressaltou que as vítimas foram filmadas durante os crimes e que a sociedade brasileira cobra respostas urgentes do Legislativo sobre o tema.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que permite que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que permite que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Além disso, criticou o Presidente da República por perseguir e chamar o agronegócio de fascista, ressaltando que o setor foi fundamental para sustentar as contas públicas durante a pandemia.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que permite que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

(FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Além disso, criticou Deputados da extrema-direita por usar o tempo da tribuna para atacar o Presidente Lula sem nexos com a pauta. Também ironizou a relação entre Vorcaro e Flávio Bolsonaro ao notar que este se referiu àquele como "irmão".

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que permite que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Além disso, defendeu o Presidente Lula como aliado do agronegócio brasileiro, citando investimentos em crédito, abertura de mercados internacionais e políticas agrícolas. Criticou pronunciamento da extrema direita, apontando que a desqualificação do Governo perde sustentação ao se comparar as realizações das duas gestões para o setor rural.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Além disso, afirmou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria associado o agronegócio ao fascismo e reagiu a interrupções de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores durante o seu pronunciamento.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Em seguida, criticou a aprovação do Projeto de Lei nº 4.822, de 2025, que beneficia partidos políticos com medidas como a impenhorabilidade do fundo partidário e eleitoral, extinção de processos não julgados em até três anos, restrição à análise técnica de irregularidades em campanhas, tolerância de falhas de até 10% nas prestações de contas, parcelamento de dívidas em até 15 anos e anistia a partidos endividados em fusões. Ao finalizar, apontou que o projeto tramitou sem transparência e favorece o uso irregular de dinheiro público.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Ademais, apontou ligações entre o Senador Flávio Bolsonaro e o banqueiro Daniel Vorcaro, citando valores de R\$ 134 milhões solicitados e R\$ 61 milhões recebidos. Por fim, mencionou os ex-Deputados Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem e o Deputado Mário Frias ao afirmar que integrantes do bolsonarismo enfrentariam dificuldades políticas e jurídicas.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado acusou o Senador Flávio Bolsonaro de mentir sobre sua relação com o banqueiro Daniel Vorcaro e citou mensagens, áudios e encontros divulgados pela imprensa envolvendo pedidos de recursos para produção audiovisual ligada ao ex-Presidente Jair Bolsonaro. Em seguida, afirmou que integrantes da extrema direita abandonaram a defesa de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito após a divulgação de novas informações sobre o caso Banco Master. Além disso, declarou que a Polícia Federal continuou investigando o episódio e criticou a visita de Flávio Bolsonaro ao banqueiro em São Paulo após sua prisão. Por fim, associou o episódio a corrupção, banditismo e tentativa e blindagem política.

BREVES COMUNICAÇÕES

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu o Senador Flávio Bolsonaro e afirmou que o Parlamento respondeu publicamente a questionamentos sobre o caso Banco Master. Em seguida, criticou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lembrou condenações da Operação Lava Jato e voltou a associar o Partido dos Trabalhadores a escândalos de corrupção, como mensalão, petrolão e fraudes em fundos de pensão. Além disso, defendeu a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banco Master e afirmou que a Oposição buscaria apoio do Congresso Nacional para aprofundar apurações. Também acusou o Governo Federal de não cumprir promessas de campanha e criticou áreas como segurança pública e educação.

Beto Preto (PSD - PR) - O Deputado destacou a realização da Marcha dos Prefeitos a Brasília e cumprimentou o Prefeito Bozinha, do Município de Campo Magro (PR), presente no plenário da Câmara dos Deputados. Em seguida, ressaltou os 30 anos de emancipação política do Município e lembrou a importância histórica da Rodovia do Cerne como ligação entre as regiões sul e norte do Paraná. Além disso, elogiou a atuação da gestão municipal, com destaque para ações na área da saúde. Além disso, registrou reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelos Prefeitos do Paraná durante o encontro nacional em Brasília.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou Parlamentares da extrema direita e acusou o Senador Flávio Bolsonaro de manter relações com investigados no caso Banco Master. Em seguida, afirmou que o Senador teria solicitado 134 milhões de reais ao empresário Daniel Vorcaro e citou visitas feitas por Flávio Bolsonaro a Adriano da Nóbrega, Fabrício Queiroz e ao próprio Vorcaro durante prisão domiciliar. Além disso, defendeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao destacar programas de financiamento para taxistas e ações da Companhia Nacional de Abastecimento para recomposição de estoques públicos de alimentos. Também declarou ter solicitado à Procuradoria-Geral da República a prisão do Senador Flávio Bolsonaro e afirmou que integrantes do Partido dos Trabalhadores assinaram a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco Master.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva associou o agronegócio ao fascismo durante declarações feitas nas eleições de 2022 e em evento realizado na Bahia em 2023. Em seguida, declarou que as falas poderiam ser verificadas publicamente e acusou Parlamentares governistas de interromperem o pronunciamento da Oposição no plenário da Câmara dos Deputados. Além disso, ressaltou que o Presidente Lula não respeitava o agronegócio nem a população brasileira.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores e associou a legenda a escândalos de corrupção, como mensalão, petrolão e fraudes contra aposentados. Em seguida, defendeu o Senador Flávio Bolsonaro diante de denúncias relacionadas ao Banco Master e afirmou que os áudios divulgados não comprovariam ilegalidades. Além disso, argumentou que o banco já teria patrocinado produções audiovisuais sobre lideranças políticas e declarou que um filme sobre o ex-Presidente Jair Bolsonaro teria potencial de retorno financeiro aos investidores. Também acusou a Esquerda de construir narrativas políticas, mencionou pagamentos ao filho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e afirmou que a Direita buscaria derrotar o Partido dos Trabalhadores nas eleições.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado manifestou apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e ao Senador Flávio Bolsonaro. Em seguida, relatou episódio em que recebeu uma gravata do ex-Presidente em evento realizado no Palácio do Planalto e afirmou ter sonhado com a liberdade de Bolsonaro para atuar na campanha eleitoral da Direita conservadora. Além disso, criticou partidos de Esquerda, associou o Partido dos Trabalhadores a escândalos como mensalão, petrolão e fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social e voltou a defender a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banco Master. Ao concluir, parabenizou o Senador Flávio Bolsonaro por ter prestado esclarecimentos públicos sobre o caso investigado.

Beto Preto (PSD - PR) - O Deputado defendeu a implantação de um campus avançado do Instituto Federal do Paraná (IFPR) no Município de Apucarana (PR), articulação que conduz desde as gestões como Prefeito do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Município. Destacou que o projeto, construído com apoio da sociedade civil, do setor produtivo e da reitoria do IFPR, prevê a criação de um centro de referência com cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Além disso, ressaltou que os institutos federais aproximam o ensino do mercado de trabalho e combatem desigualdades regionais. Por fim, informou que solicitou audiência ao Ministro da Educação para priorizar o projeto e agradeceu às lideranças locais envolvidas na iniciativa.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que nenhum Parlamentar da base do Governo Lula assinou a CPMI do Banco Master protocolada em fevereiro com número recorde de assinaturas. Em seguida, ressaltou que, após pressão da Oposição, os Deputados governistas apresentaram um requerimento de criação de CPI na Câmara dos Deputados, apenas porque sabiam que havia dezenas de CPIs aguardando na fila e a proposta não teria viabilidade real de instalação.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou a realização da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins, Agrotins, considerada a maior feira agrotecnológica da região Norte, e afirmou que o evento movimentou cerca de 5 bilhões de reais em negócios entre os dias 12 e 16 de maio. Em seguida, ressaltou a presença de instituições financeiras, fabricantes de veículos e tratores, além da participação de aproximadamente 220 mil visitantes. Além disso, defendeu o agronegócio como setor estratégico para a economia brasileira e criticou o Governo Federal por anunciar recursos para o Plano Safra que não chegaram integralmente aos produtores rurais. Ao concluir, mencionou insegurança jurídica no campo e invasões de propriedades rurais como desafios enfrentados pelo setor.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou o Senador Flávio Bolsonaro por declarações contraditórias relacionadas ao banqueiro Daniel Vercaro e ao Banco Master. Em seguida, afirmou que o Parlamentar tentou justificar episódios envolvendo pedidos de recursos e encontros com investigados, além de associar o caso à refinaria Refit e ao Governo do Rio de Janeiro. Também afirmou ter assinado pedidos de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e classificou a tentativa de retomada dos debates sobre a redução da maioria penal como uma estratégia de adversários políticos para desviar o foco do debate no Congresso Nacional. Por fim, comentou o desgaste do Senador Sérgio Moro e do PL diante do cenário político.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado defendeu a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banco Master e afirmou que integrantes do Partido dos Trabalhadores não teriam assinado o requerimento apresentado desde fevereiro. Em seguida, declarou que assinou todos os pedidos de investigação relacionados ao caso e argumentou que o Senador Flávio Bolsonaro também apoiou a criação da comissão. Além disso, criticou proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito apresentada pelo Partido dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Trabalhadores na Câmara dos Deputados, ao afirmar que a tramitação não permitiria investigações dentro do atual calendário legislativo. Ademais, pediu ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para aprofundar as apurações sobre o Banco Master.

Sargento Fatur (PL - PR) - O Deputado defendeu a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banco Master durante futura sessão do Congresso Nacional e afirmou que o Presidente do Congresso, Senador Davi Alcolumbre, teria obrigação de autorizar o funcionamento da comissão. Em seguida, declarou que a investigação deveria identificar responsabilidades e separar inocentes de envolvidos em irregularidades. Além disso, afirmou acreditar que as apurações poderiam alcançar integrantes do Partido dos Trabalhadores e pessoas próximas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou e homenageou líderes comunitários, destacando sua vocação para servir à coletividade como canal de interlocução entre o cidadão e o Poder Público. Ressaltou que esses líderes enfrentam não apenas a escassez de recursos, mas também a burocracia, a falta de reconhecimento e a exaustão física e emocional. Defendeu que o papel das lideranças comunitárias seja mais valorizado e fortalecido, com ampliação de investimentos em capacitação, apoio a iniciativas locais e promoção do diálogo. Destacou também o protagonismo das mulheres na liderança comunitária, presentes na linha de frente da defesa de comunidades em todo o Brasil. Por fim, apontou que a democracia se constrói no cotidiano e cobrou maior visibilidade para quem atua diretamente nos problemas da realidade.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado abordou o avanço das apostas *on-line* e das chamadas "bets" como um problema grave de saúde pública e proteção social que está destruindo famílias brasileiras. Apontou que o setor se expande por meio de publicidade massiva nas redes sociais, na televisão e no esporte, vendendo a falsa ideia de dinheiro fácil e alcançando públicos vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes. Destacou ainda o crescimento de casos de ansiedade, depressão e compulsão associados ao vício, além do endividamento de jovens e da perda de salários inteiros por pais e mães de família. Por fim, defendeu medidas firmes para restringir e até proibir a divulgação dessas plataformas e cobrou do Parlamento brasileiro que assuma essa responsabilidade antes que os danos se tornem irreparáveis.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado informou a apresentação de proposições voltadas à proteção dos caminhoneiros autônomos. Ressaltou o Projeto de Lei (PL) nº 2.433, de 2026, que institui o Protocolo de Atendimento Itinerante (PAI), garantindo prioridade no SUS para consultas, exames e cirurgias eletivas no local onde o motorista se encontrar, com portabilidade de dados e sem prejuízo às prioridades de idosos, gestantes e pessoas com deficiência e o PL nº 2.432, de 2026, que cria o "Cartão Manutenção



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

Caminhoneiro", uma linha de crédito especial pelo BNDES de 80 a 100 mil reais destinada exclusivamente a autônomos e MEI Caminhoneiros, com pagamento direto a oficinas e fornecedores de autopeças mediante nota fiscal eletrônica, taxas de juros justas e até um ano de carência. Destacou também a apresentação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 141, de 2026, que eleva o teto de faturamento do MEI Caminhoneiro para R\$ 350 mil anuais, corrigindo a defasagem em relação à inflação dos combustíveis e combatendo a informalidade. Por fim, afirmou que as propostas foram elaboradas com base em contribuições do SINTRABA e têm como objetivo formar um "escudo legislativo" de proteção ao transportador autônomo.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado destacou o Maio Laranja, campanha de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado em 18 de maio. Apresentou os seguintes dados: o Disque 100 registrou mais de 657 mil denúncias de violações de direitos humanos em 2024, crescimento de 22,6% em relação ao ano anterior, e o Brasil acumulou quase 423 mil registros de violência sexual contra crianças e adolescentes nos últimos onze anos, aumento de 183,5% no período. Ressaltou ainda que cerca de 80% dos casos ocorrem no ambiente familiar e que, em 2025, foram registradas mais de 49 mil denúncias de abuso e exploração sexual infantil na internet. Além disso, chamou atenção para a situação do Amazonas, onde a vulnerabilidade social, as grandes distâncias e o isolamento de comunidades ribeirinhas agravam a desproteção infantil e a impunidade dos agressores. Cobrou do Estado investimentos na rede de atendimento especializado, nos Conselhos Tutelares e legislação mais rigorosa. Concluiu defendendo que o Maio Laranja se traduza em compromisso real, política pública e dever coletivo de proteção à infância.

Guilherme Uchoa (PSD - PE) - O Deputado homenageou Caruaru (PE) e Panelas (PE) pelos 169 e 156 anos de emancipação política, respectivamente, celebrados em 18 de maio. Destacou Caruaru como Capital do Agreste e do Forró, terra do Mestre Vitalino, sede da maior feira ao ar livre do mundo e das festividades do São João, que atraem mais de 4 milhões de pessoas anualmente. Saudou a Governadora Raquel Lyra de Pernambuco, filha de Caruaru, e parabenizou o Prefeito Rodrigo Pinheiro. Sobre Panelas, ressaltou o Festival Nacional de Jericos, que atrai mais de 150 mil visitantes, e parabenizou o Prefeito Rubem Lima. Reafirmou o compromisso de destinar emendas parlamentares aos dois Municípios e ao Agreste pernambucano.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado defendeu a união da Direita brasileira, alertando que disputas internas apenas fortalecem o Partido dos Trabalhadores (PT). Criticou o que classificou como velhos erros do PT e cobrou maturidade e responsabilidade dos que compartilham valores como liberdade econômica, segurança pública, responsabilidade fiscal, valorização do mérito e combate à corrupção. Ressaltou ainda que a Direita cresceu porque milhões de brasileiros rejeitaram a corrupção institucionalizada e a política de privilégios, e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 95.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/05/2026

advertiu que esse capital político não pode ser desperdiçado por vaidade, ego ou disputas menores. Conclamou os correligionários a construir pontes e colocar o interesse nacional acima dos interesses pessoais.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou os resultados da pesquisa *AtlasIntel/Bloomberg* que aponta o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à frente do pré-candidato Senador Flávio Bolsonaro (PL) no primeiro turno, com 47,0% contra 34,3%, e no segundo turno, com 48,9% contra 41,8%. Atribuiu a queda de 5,4 pontos percentuais nas intenções de voto de Flávio Bolsonaro ao caso *Dark Horse*, revelação de conversas entre o Senador e Daniel Vorcaro, proprietário do Banco Master, sobre suposto financiamento de filme que glorifica o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Destacou ainda que 95,6% dos entrevistados tomaram conhecimento do caso e que 45,1% avaliaram a divulgação como enfraquecedora da candidatura. Ao final, reafirmou o compromisso do Poder Legislativo com o Presidente Lula e com a agenda de inclusão social, saúde, educação e justiça social.

Vinicius Carvalho (PL - SP) - O Deputado criticou o desempenho do Governo Lula com base na pesquisa Datafolha, realizada com 2.004 entrevistados e margem de erro de dois pontos percentuais. Destacou que 51% desaprovam o Governo, 39% o avaliam como ruim ou péssimo, e 59% consideram que o Presidente fez menos do que esperavam. Apontou segurança pública e combate à corrupção como as de pior avaliação, citadas por 16% e 13% da população, respectivamente. Ressaltou ainda que o cenário eleitoral coloca o Senador Flávio Bolsonaro (PL) empatado com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ambos com 45% das intenções de voto no segundo turno.

Stefano Aguiar (PSD - MG) - O Deputado homenageou as famílias brasileiras pelo Dia Internacional da Família, celebrado em 15 de maio. Destacou a família como base da sociedade, espaço de formação de valores, cuidado e acolhimento, e prestou reconhecimento às que enfrentam desafios diários para educar os filhos e construir um futuro melhor.

ENCERRAMENTO